

SUMÁRIO

Primeira parte

O PROBLEMA DA AÇÃO ANULATÓRIA

CAP. 1	
A INDIVIDUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	33
1.1. A influência do direito positivo.....	35
1.2. Uma compreensão estática do processo civil	38
1.3. A solução da tradição conceitualista: uma compreensão da “ação anulatória” por simples exclusão	46
CAP. 2	
AS PREMISSAS METODOLÓGICAS DA ANÁLISE	67
2.1. A premissa institucional. O primado da tutela dos direitos e a tutela jurisdicional.....	68
2.2. A premissa normativa	83
2.2.1. A noção de fato jurídico processual	83
2.2.2. O processo como um procedimento em contraditório	96
2.2.3. Uma distinção fundamental: os atos processuais versus os atos processualizados.....	103
2.2.4. A separação dos planos: a invalidade processual (invalidade dos atos processuais) não se confunde com a invalidade dos atos processualizados	129
2.3. A premissa dialética.....	132

Segunda parte

OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA AÇÃO ANULATÓRIA

CAP. 3

A TEORIA DA TUTELA JURISDICIONAL CONSTITUTIVA**NEGATIVA DO ATO PROCESSUALIZADO 157**

3.1. A necessidade da regra codificada 159

3.2. A questão da nomenclatura 162

3.3. O objeto material atacado pela ação anulatória: os atos de disposição de direito praticados pelas partes ou por outros participantes do processo 167

3.3.1. As espécies de atos que internalizam o ato (ou negócio) de disposição de direito praticado pelas partes ou intervenientes 176

3.3.1.1. Os atos de inserção dos atos (ou negócios) das partes que não dependem de sentença 177

3.3.1.2. Os atos de disposição seguidos de sentença “meramente homologatória” 183

3.4. Em especial: a sentença “meramente homologatória” 188

3.4.1. A definição de sentença e uma classificação pelo critério da virtualidade cognitiva 192

3.4.1.1. A sentença com julgamento ou decisão 200

3.4.1.2. A sentença homologatória 207

3.4.1.3. A sentença “meramente” homologatória 217

3.5. A denominada extinção indireta do ato processual típico (transparente), que encobre o ato ou o negócio jurídico do direito material 225

3.6. Os fundamentos jurídicos para a tutela desconstitutiva: “nos termos da lei” 229

3.7. A desconstituição do ato processualizado como a anulação de ato desconforme ao direito 233

3.8. Segue: a problemática do direito público 254

Terceira parte

A PRÁTICA DA AÇÃO ANULATÓRIA

CAP. 4

O PROCESSO PARA A TUTELA JURISDICIONAL**CONSTITUTIVA NEGATIVA DO ATO PROCESSUALIZADO..... 263**

- 4.1. A competência jurisdicional para o julgamento da ação anulatória . 264
- 4.2. O procedimento 272
- 4.3. A legitimidade das partes..... 273
- 4.4. A tutela jurisdicional 275
- 4.5. Em especial: os efeitos práticos da tutela jurisdicional 278
- 4.6. O prazo decadencial 281
- 4.7. O modelo de convencimento judicial 286
- 4.8. A fungibilidade entre a ação anulatória e a ação rescisória..... 294

CAP. 5

OS CASOS POLÊMICOS 297

- 5.1. A jurisdição voluntária..... 297
- 5.2. Em especial: a partilha no inventário 312
- 5.3. A decisão em processo cautelar..... 320
- 5.4. As falsas homologações: a *homologação* do cálculo do contador, a sentença *homologatória* da demarcação, e a *homologação* do projeto de sentença do juiz leigo 328
- 5.5. A homologação da sentença estrangeira..... 335
- 5.6. As modalidades da expropriação dos bens na execução 339
- 5.7. A transação e o diálogo das fontes: o art. 487 em cotejo com o art. 966, § 4º, do CPC..... 357
- 5.8. Outras hipóteses..... 382

CONCLUSÃO 389**REFERÊNCIAS 399**